

Riscos Ambientais e Sociais – uma leitura da qualidade de vida dos residentes em áreas subnormais em Anápolis/Goiás (2008/2009)¹

Genilda D'arc Bernardes¹

Doutora em Sociologia pela UnB. Vice-coordenadora do Mestrado Multidisciplinar Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEvangélica Centro Universitário de Anápolis. Professora colaboradora do mestrado em Sociologia da UFG.
genilda@hotmail.com

Giovana Galvão Tavares²

Doutora em Ciências pelo IG/Unicamp. Professora do Curso de Graduação em Odontologia e do Mestrado Multidisciplinar Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente ambos da UniEvangélica Centro Universitário de Anápolis.
gio.tavares@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta estudo dos riscos sociais e ambientais dos residentes em áreas subnormais localizadas no espaço urbano do município de Anápolis. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa e percorreu o seguinte caminho: levantamento bibliográfico sobre o tema; busca de informações geradas pelos meios de comunicação local; aplicação de questionários com moradores das áreas pesquisadas e observações etnográficas no campo. A coleta de dados proporcionou a identificação da expansão de áreas de riscos com o aumento de moradias precárias e de área não abordada, até aquele momento, nos relatórios sobre riscos e áreas subnormais emitidos pela Secretaria Municipal de Planejamento/Prefeitura de Anápolis. O texto também aborda a percepção dos moradores acerca de sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Riscos Ambientais, Riscos Sociais, Qualidade de vida, Área Subnormal, Anápolis.

¹ Este artigo é parte menor da pesquisa: Espaço urbano ilegal e meio ambiente: uma proposta de investigação da qualidade de vida dos moradores das áreas subnormais (favelas) localizadas na cidade de Anápolis/GO desenvolvida nos anos 2008/2009 financiada pela FUNADESP/UniEvangélica. A pesquisa teve como bolsistas de iniciação científica Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira ambos discentes do Curso de Graduação em Ciências Sociais.

1. Introdução

O termo risco vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas, políticas e sociais, principalmente se relacionado aos conceitos de meio ambiente, processo de urbanização e sustentabilidade, tornando-se uma categoria de análise associada à priori as noções de incerteza, exposição ao perigo, perda e prejuízos materiais, econômicos e humanos em função de processos de ordem natural e/ou daqueles associados ao trabalho e as relações humanas (CASTRO, PEIXOTO e RIO, 2005). O mencionado termo comumente associa-se a perigo, vulnerabilidade, perda e prejuízo material, econômico e humano. A geógrafa Veyret afirma que:

O risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal (VEYRET, 2007, p.11).

Para a autora mencionada não há risco sem que haja a sua percepção e ele só ocorre quando coloca em perigo um indivíduo ou uma coletividade. Giddens (1991) construiu um perfil de riscos específicos da modernidade, a saber: globalização do risco, risco derivado do meio ambiente criado, risco institucionalizado, consciência do risco como um risco, consciência ampla do risco e, por último, consciência das limitações da perícia. O autor afirma que vivemos em uma sociedade de risco, seja ele institucionalizado ou não, consciente ou não, o fato é que quando os riscos existem também estão presentes o medo e a insegurança. Aqui vale lembrar Yi-Fu Tuan (2005, p.07) ao afirmar que “os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido, são subjetivos; alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por um meio ambiente ameaçador”.

Os riscos na sociedade moderna podem ser: industriais, tecnológicos, econômicos, financeiros, geopolíticos, sociais, ambientais entre tantos outros. Porém, não deve ser entendido de forma isolada. A nosso ver, o termo risco comumente transforma-se em riscos, já que abrangem diferentes dimensões que, em sua maioria, estão associados uns com os outros. Vale exemplificar: o sertão da região nordestina brasileira é marcado pela escassez crescente de água o que conduz a precárias condições sanitárias, baixa produção de alimentos, empobrecimento da população residente e forte migração para outros centros. No cenário apresentado visualizam-se diversos tipos de riscos, dentre os quais estão o risco da insegurança alimentar,

ocasionado pela baixa produtividade agrícola; o risco ambiental e de saúde, devido à precariedade do saneamento básico e, por último, o risco econômico produzido pela total dependência industrial.

Estudiosos de diversos campos do conhecimento dedicam-se a estudar os riscos, seja de ordem natural, social, ambiental ou econômico. Os autores Alves e Torres (2005), Medeiros e Moreno (2002), Serra e Rodrigues (2002) apontam critérios de avaliação de risco considerando a vulnerabilidade, a densidade e o potencial de expansão produtiva e o grau de criticidade das condições de habitabilidade. Essas considerações agregam riscos de diferente natureza.

No estudo das moradias subnormais (também bastante conhecidas como favelas) em Anápolis destacaram-se os riscos: ambiental e social. Para o entendimento do risco ambiental optamos por Veyret e Richemond (2007), para os quais este resulta da associação entre o risco natural e aquele decorrente de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território. Quanto ao risco social comungamos com Egler (2005, p.04) quando o define como sendo:

Resultante das carências sociais ao pleno desenvolvimento humano que contribuem para a degradação das condições de vida. Sua manifestação mais aparente está nas condições de habitabilidade, expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo.

Segundo Egler (2005) o risco social está intimamente ligado à pobreza. Thouret (2007), norte-americano que escreve acerca dos riscos nas cidades latino-americanas, afirma que a pobreza é também um fator de risco, especialmente aquela que habita as áreas de favelas. O autor associa o risco social com o risco ambiental afirmando que:

A pobreza constitui um triplo fator de risco: ela força as pessoas a viverem nas zonas menos caras, mas mais perigosas; ela domina as preocupações cotidianas das pessoas que não têm nem os recursos econômicos nem tempo de preservar o meio ambiente; ela força o desbravamento e o desflorestamento para atender às necessidades fundamentais de aquecimento e alimentação. As degradações do meio urbano são também consideradas por vários autores como riscos: ainda que lentas, elas acarretam acidentes indiretos (por exemplo, a obstrução de redes de drenagem urbana) e favorecem acidentes diretos e mortais (afundamentos do pavimento, deslizamentos dos aterros e de obras de contenção). (THOURET, 2007, p. 24).

Na afirmação de Thouret (2007) há uma relação de contradição, pois os riscos ambientais são agravados com o processo de ocupação ilegal. Por outro lado, essas ocupações só ocorrem porque a injustiça social, a concentração de renda e a falta de políticas públicas habitacionais são alarmantes nos países periféricos. Entretanto, deve-se considerar que as áreas subnormais localizadas em áreas de riscos, em sua maioria, agravam as degradações e colocam em perigo a população que ali habita.

É interessante apontar que os jornais da cidade de Anápolis trazem, não raramente, notícias das moradias subnormais localizadas em áreas de risco que constantemente são destruídas parcial ou totalmente por inundações, voçorocamentos, etc. Em reportagem publicada em 20 de outubro de 2006 o *Jornal Contexto* trouxe o seguinte tema: Defesa Civil: Anápolis tem seis áreas de risco. O artigo nos conta:

De acordo com dados do Corpo de Bombeiros, existem atualmente seis áreas de riscos espalhadas pela cidade: duas estão localizadas no bairro São Jorge, uma no Novo Paraíso, no bairro JK, outras na Vila Góis, próximo ao córrego Góis, e a mais preocupante e em alta propensão de desabamento, a invasão próximo ao Anápolis City, às margens do córrego Águas Frias. Tais problemas ocorrem há décadas e, em alguns casos, moradores que sempre lutaram por um espaço digno, hoje, veem suas casas à beira de um caos (JORNAL CONTEXTO, 2006, p. 06)

Outra reportagem publicada no *Jornal do Estado*, cujo título: Áreas de riscos abrigam mais de 200 famílias, traz a seguinte informação:

De acordo com o subcomandante da Defesa Civil, tenente Luiz Carlos Francisco Santos há em Anápolis 20 áreas de risco, em decorrência do processo erosivo e 11 pontos suscetíveis a alagamentos (...) são suscetíveis a alagamento também ruas dos bairros Jardim Europa, Vila Góis, Setor Sul, Santa Clara e Novo Paraíso. Quanto aos riscos de desabamento, o tenente cita alguns pontos localizados na Vila União, São Joaquim, Parque das Nações, Adriana Parque, JK, Pólo Centro e Setor Sul (JORNAL DO ESTADO, 2007, p.04)

Os trechos acima indicam um aumento de 06 para 20 áreas de riscos em Anápolis. Acredita-se que não houve um crescimento das áreas de riscos dessa magnitude, mas apenas um aprofundamento nos diagnósticos das áreas por parte da Defesa Civil. As citações acima apresentam bairros suscetíveis a riscos ambientais que não necessariamente são habitações localizadas em áreas subnormais. Mas, percebe-se que na cidade, em vários de seus bairros, estão presentes processos de degradação e riscos ambientais e sociais.

Para Lacerda *et al* (s/d) os riscos estão associados à construção de estradas; à áreas de mineração; de pavimentação que provoca a impermeabilização ocorrendo um intenso fluxo de escoamento superficial que pode ocasionar a destruição parcial ou total da pavimentação asfáltica; ocupação de planícies de inundações e de baixas

vertentes adjacentes a cursos d' água; lançamento de águas pluviais em cabeceiras de drenagem sem dispositivos para proteção contra processos erosivos, etc. os autores abordam os riscos geológicos da área urbana de Anápolis, segundo o autor:

Na área urbana de Anápolis os riscos existentes são erosão pluvial em sulcos, ravinas e voçorocas, erosão fluvial, assoreamento e inundações [...] A segunda área de concentração de riscos está na parte central da malha urbana, englobando o centro da cidade e os bairros Anápolis City a leste, Vila Góis a sul e bairro D. Pedro II a oeste. Nesta área os riscos são de erosão pluvial em sulcos, ravinas e voçorocas, erosão fluvial e inundações (LACERDA *et. al*, s/d).

As áreas subnormais, por si só, são espaços dos riscos sociais, e ainda são aquelas mais atingidas pelos riscos ambientais, agravando-se ainda mais devido à ilegalidade urbana que, de certa forma, as transformam em espaços invisíveis para o poder público. Esses espaços são reflexos de processos de transformação da cidade e da forma de morar dos trabalhadores urbanos. O PEMAS (2002), documento de levantamento oficial das áreas subnormais em Anápolis, apresentou 08 áreas de assentamento subnormal com riscos ambientais em Anápolis, a saber: Anápolis City, Vivian Park, Novo Paraíso (Morro do Cachimbo), Jardim Santa Cecília, Vila Brasil, Parque das Nações, Victor Braga, Parque das Primaveras. Mas, em sua maioria, o documento considera áreas de risco aquelas localizadas em espaços destinados à preservação permanente, caso das seguintes áreas: Vivian Park e Parque das Primaveras (preservação permanente e de proteção de mananciais); Vila Brasil e Parque das Nações (ambas as área de preservação permanente e com alto risco de processos erosivos); Victor Braga e Jardim Santa Cecília (declividade que pode ocasionar processos erosivos).

Segundo esse documento as moradias subnormais encravadas no Jardim Progresso não são consideradas de risco ambiental, contudo, em trabalho de campo realizado identificou-se forte presença de inundações de moradias e assoreamento provocado pela ocupação ilegal da margem do córrego.

O presente artigo aborda os principais riscos sociais e ambientais de três áreas, a saber: área subnormal encravada no Jardim Progresso, Vila Conquista (favela localizada no bairro de Lourdes) e extensão da área subnormal Santa Cecília. Essas áreas não foram cadastradas pelo poder público municipal da cidade de Anápolis como espaço subnormais que sofrem riscos ambientais e/ou sociais, ora por que foram desconsideradas (Jardim Progresso), ora por que surgiram posteriormente ao cadastramento realizado pela Secretaria de Planejamento do município (Vila Conquista), ora por se apresentar com uma extensão daquela já existente (Santa Cecília).

2. Qualidade de vida, área subnormal, riscos.

O conceito de qualidade de vida foi elaborado a partir dos anos de 1970, o qual compreendia a qualidade de vida como o alcance do prazer e da satisfação; nele foi atribuída uma ideia global, na qual se centra apenas em avaliação de satisfação e insatisfação (Minayo, Hartz e Buss, 2000). Apenas nos anos 1990 pesquisadores, especialmente aqueles do campo das ciências sociais, iniciam discussões acerca de dois aspectos relevantes no conceito de qualidade de vida – a subjetividade e a multidimensionalidade. O primeiro, subjetividade, diz respeito a como o indivíduo avalia a sua situação pessoal em cada uma das dimensões relacionadas à qualidade de vida. O segundo, multidimensionalidade, refere-se ao reconhecimento de que o construto é composto por diferentes dimensões seja qualitativa, seja quantitativa (Rocha *et al*, 2000; Seidl & Zannon, 2004). O conceito de qualidade de vida pode ser analisado tanto de forma subjetiva como objetiva. Para o estudo das áreas subnormais de Anápolis recorreremos às duas formas.

Nosso trabalho comunga com os indicadores de qualidade de vida propostos por Herculano (1998) para a elaboração de instrumento de pesquisa das áreas estudadas, a saber: qualidade da habitação; da educação; da saúde; das condições de trabalho; da diversidade e da horizontalidade na comunicação social; de transporte coletivo; de meio ambiente urbano; de meio ambiente não urbano; da pluralidade e horizontalidade nos canais de decisão. Os indicadores nos proporcionaram um panorama de elementos por nós considerados essenciais para a vida humana, mas, como já era esperado, não encontramos nem mesmo 10% dos elementos elencados fazendo parte do cotidiano dos entrevistados. Esse fato, evidentemente, está associado à condição sócio/econômica e cultural da população universo da pesquisa, já que se trata de moradores de residência subnormais localizadas em áreas de risco.

Destarte, as moradias subnormais tiveram intensificada sua expansão no Brasil nos anos 1950 até 1970, momento da expansão do processo industrial nos centros urbanos do país. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas décadas de 1950 a 1970 as favelas caracterizaram-se como aglomerados localizados em áreas não urbanizadas constituídas de habitações rústicas e improvisadas, com até 60 moradias desprovidas de serviço público. A partir de 1980, estas áreas passaram a se denominar Setor Especial de Aglomerado Urbano e admitiram-se como características as moradias dotadas de infraestruturas precárias e localizadas em terrenos não pertencentes aos moradores.

Em 1991 o IBGE considerou a favela como Setor Especial de Aglomerado Subnormal (área subnormal) com no mínimo 51 domicílios, localizada em propriedade pública ou privada desprovida ou com rarefeito serviço público, de ilegalidade fundiária. Normalmente as favelas eram consideradas como problema urbano que atingia apenas os grandes centros brasileiros. Contudo, esse quadro se altera ainda nos anos de 1990 e as pequenas e médias cidades começam a conviver mais intensamente com a expansão dos aglomerados subnormais em seus espaços e, evidentemente, com processos de degradação social e ambiental. Fato justificado pela ampliação da desigualdade social urbana que tem seu reflexo na distribuição das moradias e, especialmente, na forma e tipo das condições dessas habitações.

Esta situação não foi diferente no decorrer da expansão urbana de Anápolis. Em 1962, surgiu na cidade o primeiro Setor Especial de Aglomerado Subnormal denominado de Morro do Cachimbo. Sua origem está ligada à formação de um leprosário que proporcionou, conforme relatos, a formação da primeira invasão do local caracterizada como favela. A partir de então as áreas subnormais foram sendo criadas pela ocupação de imigrantes, ora vindo de outros estados brasileiros, ora do próprio estado de Goiás, ou ainda do deslocamento de populações de bairros centrais da cidade de Anápolis.

A intensificação do surgimento dessas áreas em Anápolis deu-se nos anos de 1980. Vários foram os bairros que tiveram suas áreas públicas ou privadas ocupadas por moradias subnormal, a saber: Parque das Nações, 1984; Residencial Jandaia, 1984; Santo André, 1986; Anápolis City, 1986; Jardim Santa Cecília, 1987; Parque das Primaveras, 1987; Jardim das Américas 3ª etapa, 1988; Polocentro, 1988; Vila Brasil, 1990; Jardim Progresso, 1990; Santos Dumont, 1992; Adriana Parque, 1994; Jardim Esperança, 1994; Vivian Park 1ª etapa, 1995; Vitor Braga, 1995; Setor Industrial Munir Calixto, 1999; Jardim Alexandrina, 2000. Em nossa pesquisa identificou-se a área denominada Vila Conquista (2004), localizada no bairro de Lourdes, que, segundo seus moradores, tem aproximadamente 05 anos de existência. O contexto expressa uma expansão das áreas na cidade de Anápolis e em observações realizadas em campo o Jardim Progresso, a Vila Conquista e o Jardim Santa Cecília possuem expressivos riscos ambientais e sociais. Os riscos são visíveis nas moradias localizadas nas margens dos corpos d'água, como é o caso do Jardim Progresso (ver figura 05), na qual as residências sofrem com a instabilidade do terreno. Ou ainda por áreas em que a disposição do relevo com alta declividade e a forma de ocupação intensifica o processo de erosão, caso da Santa Cecília que tem em suas ruas a presença de sulcos, ravinas e voçorocas (ver figuras 02, 03 e 04).



Figura 1 - Visualização de risco ambiental (localizado no bairro Santa Cecília) ocasionado pelo acúmulo de resíduos sólidos. Trata-se de resíduo urbano resultante de trabalho de catadores de lixo. Fonte: Imagem produzida pelos bolsistas do PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2009.



Figura 2 - Residência as margem de voçoroca com alto índice de risco (Santa Cecília). Fonte: Imagem coletada pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2009



Figura 3 - Moradia localizada no interior do voçorocamento (Santa Cecília)
Fonte: Imagem coletada pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2009



Figura 4 – Moradia margeada por voçoroca e com telhado de plástico preto (Santa Cecília).
Fonte: Imagem coletada pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2009



Figura 5 - Fundo de residência localizada na área subnormal do Jardim Progresso (fotografia tirada em período de seca).

Fonte: Imagem coletada pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2009

A área encravada no bairro de Lourdes, denominada por seus moradores como Vila Conquista, não apresenta o risco ambiental, caracterizando-se como área de risco social, na qual seus moradores estão desprovidos de qualquer benefício público (saneamento básico, p. exemplo).

Os moradores da área encravada do Jardim Progresso também têm suas residências margeadas por corpo d'água, convivendo cotidianamente com processo de assoreamento e de enchentes. Em entrevista, residente da área no Jardim Progresso revela as condições inadequadas em que vive principalmente na época da chuva. Chama à atenção as condições de poluição e contaminação em que se encontra o córrego que margeia as moradias, bem como o descaso da prefeitura, apontada como responsável direta por essa situação.

[O córrego] enche muito, aqui na chuva não é um corguim é uma enchente mesmo que se cai um boi lá dentro ele carrega dentro de minutos, então a água que vem do bairro todo, da Jaiara desce para aquela baixada lá e já cai no córrego então dentro de minutos o volume da água é imenso então a gente chega a dá medo mesmo e sempre tá dando erosão né? Vai esbarrancando para cá, vai comendo os lotes [...] teve um ano que nois teve que chamar o

bombeiro porque de três casas lá da BR para cá inundou que dava um metro de água dentro de casa, quase que o carro do homem roda e veio uma enxurrada estourou e invadiu a casa da mulher, quase que matou a mulher, também e levou muita coisa, então foi coisa muito feia então teve que chamar e alagou isso aqui ficou parecendo um rio [...] A prefeitura jogou esgoto nesse corguim então na época de chuva cai muita água no esgoto e vira aquele mau cheiro. É água que não pode ser usada mesmo ela sendo corrente porque ela está poluída. (M. L. M, 2008)

A ocupação da área mencionada dá-se no leito maior do córrego, também denominado leito sazonal que é ocupado pela água pelo menos uma vez por ano durante as cheias. A população que ali habita ora ocupa uma parte que mais se aproxima da margem, ora outra mais distanciada; ou ainda ocupa área que já foi totalmente assoreada e não ocorre mais a cheia do leito maior. A moradora denuncia o poder público de contribuir para a poluição e contaminação da água fluvial, fato já observado em outras pesquisas, mas especificamente no caso de contenção das voçorocas, nas quais são jogados entulhos de construção civil. A pesquisa aponta, ainda, que, em sua maioria, as famílias ali residentes agregam em suas casas de 06 (seis) a 10 (dez) pessoas. As residências “próprias” (como afirmam os moradores, pois estas foram construídas por eles, ou compraram o direito de morar de outra família) são construídas com tijolos, com exceção de duas de madeiras.

Para o caso da favela na Santa Cecília os entrevistados afirmam que, apesar de residirem às margens de voçoroca, não sofrem com processos de riscos ambientais, fato que, a nosso ver, torna-se questionável, haja vista que em alguns pontos o voçorocamento já atingiu as moradias (Ver figura 02 e 03).

Segundo os dados coletados, mais de 80% da população das três áreas pesquisadas afirmam que a casa é própria, já que as compraram, concepção que, a nosso ver, transforma-se no ponto mais importante da resistência dos moradores em deixá-las, mesmo que naqueles locais sofram com riscos que colocam em perigo a sua própria existência. As informações contidas na figura 06 apresentam que as moradias foram compradas à vista, ou seja, o direito a moradia daquilo que é considerado ilegal é posto à venda e consumido como mercadoria de direito.

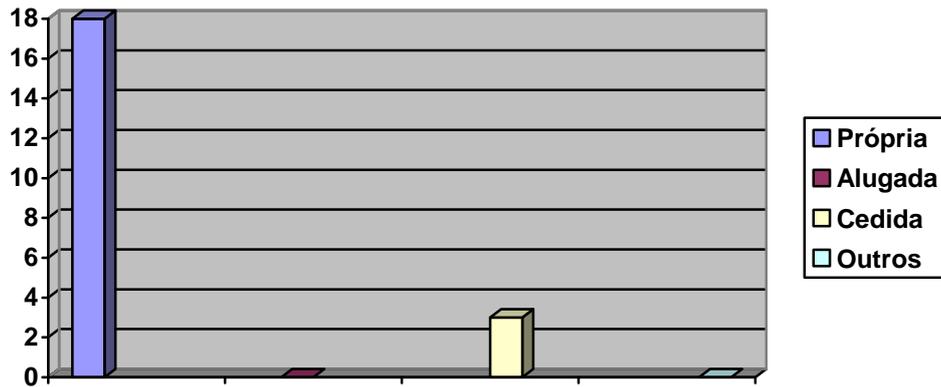


Figura 06 – Tipos de Moradias. Fonte: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

Outro ponto de relevância para se entender o surgimento das áreas de riscos sociais e ambientais são as migrações dos residentes das áreas subnormais. Conforme figura 07, os residentes nasceram, em sua maioria, no interior do estado de Goiás e iniciaram o processo migratório ainda criança se deslocando para outra cidade do estado (Figura 08). Em sua maioria, estão morando no estado de Goiás há mais de uma década (Figura 09). Os dados conferem uma tendência do movimento populacional que reordena a região de Goiás em função do arranjo espacial dos municípios que expandiram suas fronteiras para o desenvolvimento urbano industrial; fato sensivelmente visualizado na cidade de Anápolis, já que se considera que o desenvolvimento industrial da cidade teve momentos distintos: instalação da ferrovia (década de 1930); construção de Goiânia, surgimento de Brasília, e implantação da Belém-Brasília (décadas de 1950 a 1970); implantação da Base Aérea de Anápolis, instalação do DAIA (1970) e pavimentação da BR 153 e, atualmente, o Porto Seco, já nos anos de 1990. Hoje, a concentração na cidade deve-se também a um elevado número de estudantes universitários.

Todos esses fatores impulsionaram o processo migratório para a cidade de Anápolis especialmente da força de trabalho. Para Menezes (2000, p. 03) “o recente estágio de interiorização da população brasileira estaria atrelado à criação das bases de constituição do espaço físico e social e na formação dos mercados regionais de trabalho”. Ainda, a autora nos revela que para o caso brasileiro a situação de maior relevância, hoje, é de migrações de curta distância, predominantemente intra-regionais, podendo ser sazonais em áreas de modernização agrícola ou intermunicipais em áreas de maior urbanização. Isto posto, acredita-se que a população residente nas áreas aqui pesquisadas migraram de outros locais para a cidade de Anápolis atraídos pela possibilidade de emprego devido à própria expansão urbano-industrial da cidade. Os dados apresentados nas figuras 07, 08 e 09 são ilustrativos dessa realidade.

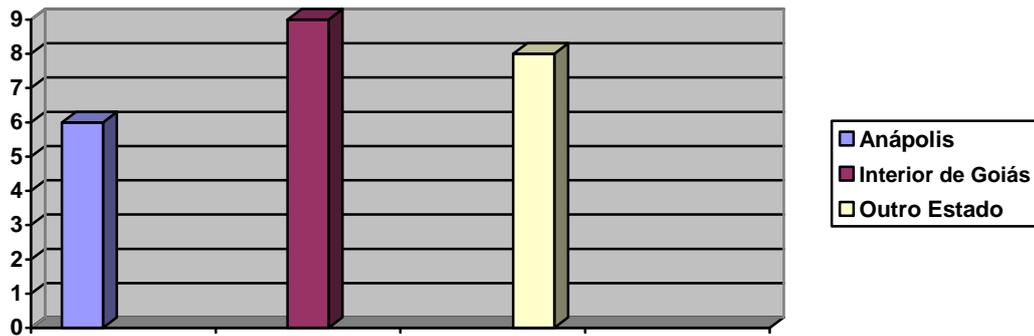


Figura 07 – Local de nascimento. Fonte: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

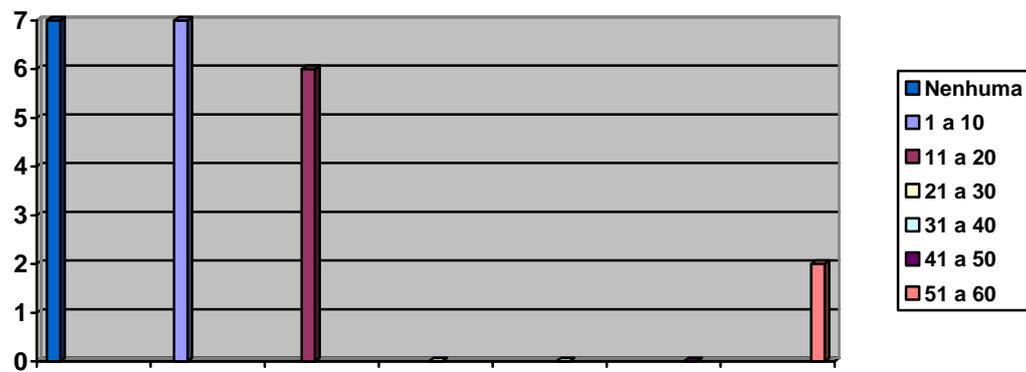


Figura 08 – Idade de Imigração. Fonte: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

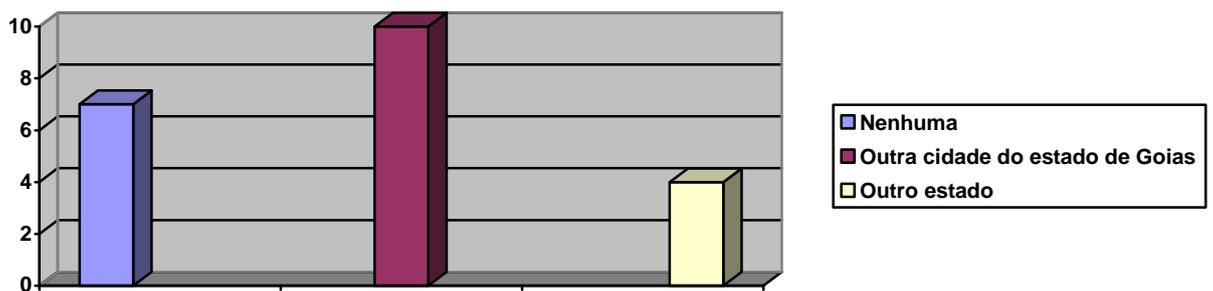


Figura 09 - Local de Emigração. FONTE: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

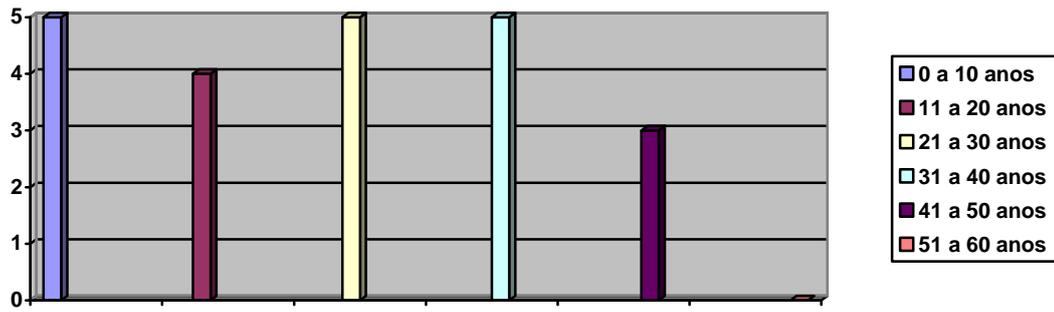


Figura 10 – Tempo de Residência em Anápolis. FONTE: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009



Figura 11 – Tempo de Residência na Moradia Subnormal. FONTE: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

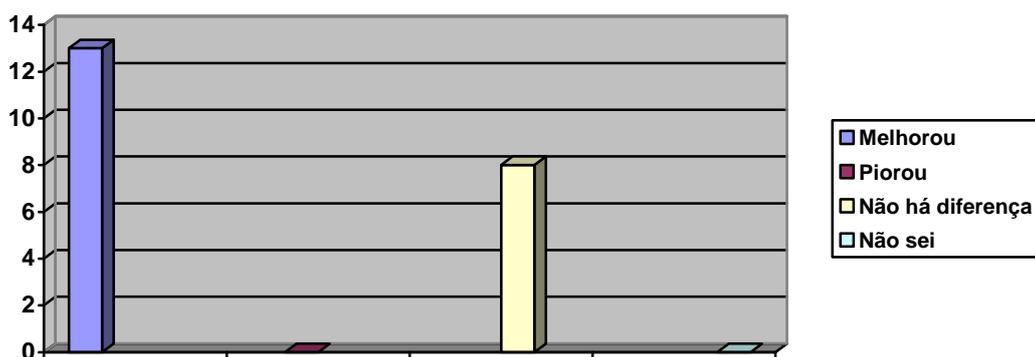


Figura 12 - Mudança da Qualidade de Vida após Residir na Área Subnormal. Fonte: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

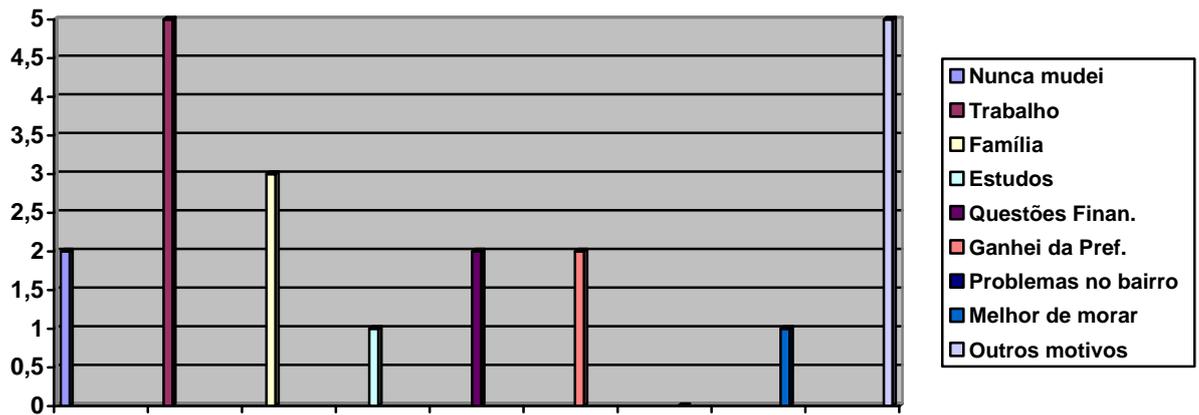


Figura 13 – Principais motivos para residir na área subnormal. Fonte: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

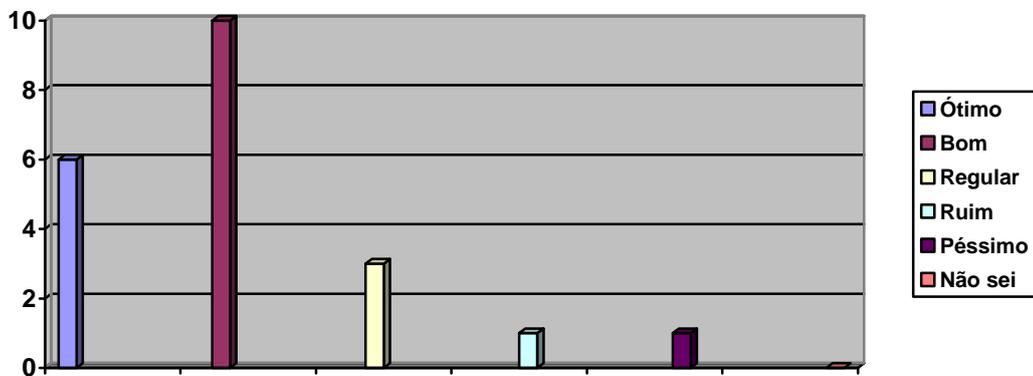


Figura 14 - Percepção da área subnormal. FONTE: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

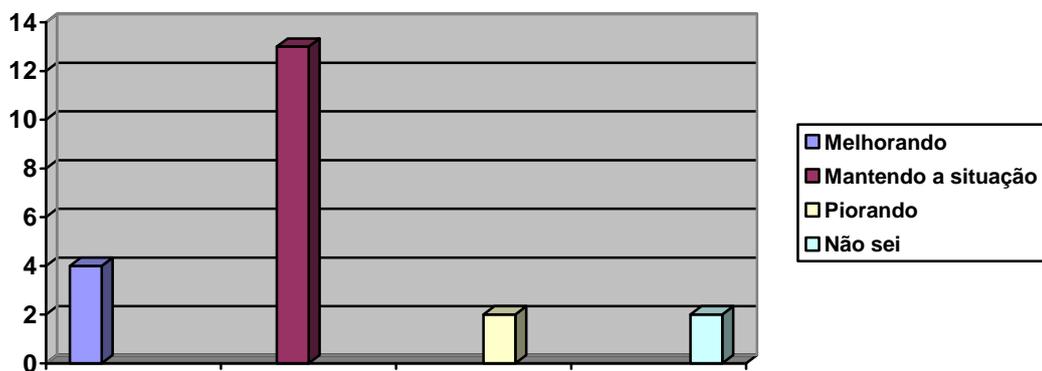


Figura 15 - Opinião do Residente sobre a Área. Fonte: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009.

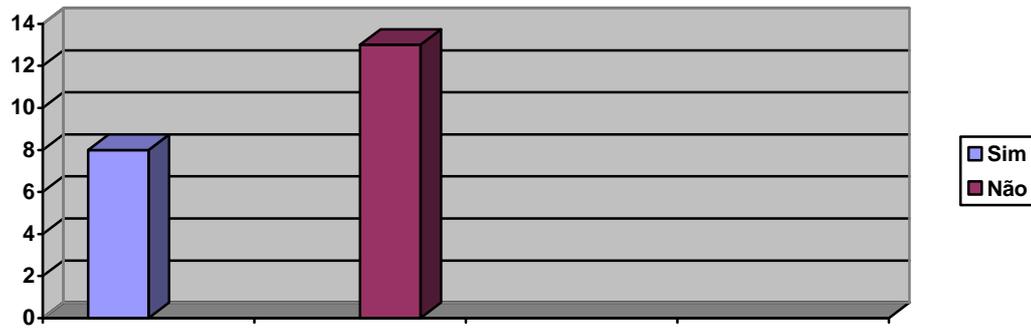


Figura 16 – Intenção de Migrar da Área Subnormal. Fonte: Dados coletados pelos bolsistas PBIC Weder Vieira Barbosa e Danilva Alves Teixeira, 2008/2009

Os moradores das áreas possuem entre 01 e 30 anos (Figuras 10, 11 e 12) de residência no local e apenas um dos entrevistados apontou que sua vida piorou quando foi residir ali; para os demais a vida melhorou ou não houve diferença das condições anteriores de moradia (Figura 8). Destaca-se nas entrevistas que os residentes da área acreditam ter qualidade de vida ao residir nesses locais, já que conseguiram “casa própria” e, conseqüentemente, adquiriram qualidade de vida. Vale aclarar que apesar de serem evidentes os problemas de riscos ambientais e sociais os moradores das áreas subnormais apontam que não têm pretensão de mudarem para outra localidade, pois cerca de 60% gostam do lugar onde moram, por possuírem os equipamentos sociais necessários para o atendimento de suas necessidades básicas, já que utilizam os dos bairros vizinhos (Figuras 13, 14, 15 e 16).

Cabe ressaltar que os entrevistados associam o fato de ter condições mínimas de sobrevivência a uma suposta qualidade de vida; elementos como lazer, estudos, seguranças entre tantos não são nem ao menos citados. Raros foram os entrevistados que afirmaram não ter qualidade de vida por não possuírem meio ambiente favorável, lazer, entre outros. Os moradores dessas áreas buscam constantemente terem suas necessidades fisiológicas atendidas e as demais se encontram num plano de desejos que provavelmente não serão realizados, ou talvez o direito à cidadania seja relegado pelos próprios indivíduos por não terem consciência de seu direito à cidade, para lembrar Henri Lefebvre (1999).

3. Consideração Final

Apesar da visibilidade dos riscos ambientais e sociais, os residentes das áreas acreditam na melhoria de sua qualidade de vida. A isso se atribui à subjetividade do entendimento de qualidade de vida, já que diz respeito a como o indivíduo vê a sua situação pessoal. Vale considerar que, conforme relatos dos moradores, as condições vivenciadas por algumas famílias antes de morarem nas áreas era ainda mais degradantes.

Considerando os indicadores apontados por Herculano (1998), a população não possui os requisitos mínimos para ter qualidade de vida, já que os indicadores citados não são minimamente atendidos, contrapondo as respostas dos entrevistados. Percebemos que os moradores residentes nas áreas estudadas consideram ótimo ou bom o local onde moram. Outro ponto de destaque é que ao mudarem para os locais os entrevistados não perceberam diferença de onde vieram ou acreditam que melhoraram a qualidade de vida e, em sua maioria, não gostariam de mudar para outro local. Essa vontade se expressa por conta da construção do benefício simbólico que o local proporciona, já que os moradores residem próximos a equipamentos sociais (escolas, USF, transporte coletivo, etc). As entrevistas apontam que as áreas ficam próximas também dos locais de trabalho daqueles residentes. Destarte, que nos últimos anos a cidade de Anápolis teve um crescimento de oferta de emprego, fato comungado com demais cidades médias brasileiras, pois estas são as que mais crescem econômica e populacionalmente, conforme dados do IBGE (2010).

4. Referências Bibliográficas

ALVES, Humberto TORRES, Aroldo. Pobreza e risco ambiental em São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de vulnerabilidade sócioambiental. Workshop **População e meio Ambiente**: Metodologias de abordagem. NEPO/Unicamp, Campinas, SP. 10 de Novembro de 2005.

CASTRO, Cleber M. de. PEIXOTO, Maria N. de O. RIO, Gisela A P. do. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências**. UFRJ, vol. 28-2/2005, p; 11-30.

EGLER, Cláudio A. **Risco ambiental como critério de gestão do território**: uma aplicação à Zona Costeira Brasileira, 2005 (mimeografado).

GIDDENS, A. **As Conseqüências da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1991.

HECULANO, Selene. C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Revista Ambiente & Sociedade**. Ano 1, n. 02. 1998.

JORNAL CONTEXTO. Defesa Civil: Anápolis tem seis áreas de risco, 20 de outubro de 2006.

JORNAL do ESTADO. Áreas de riscos abrigam mais de 200 famílias. Cotidiano, 27 de outubro de 2007.

LACERDA, Homero. TEIXEIRA, Leide L. F. M. OLIVEIRA, Sandro N. JESUS, Andrelisa S. de. SANTOS, Lidiane R. dos. Formas de Relevo, uso da terra e riscos geológicos na área central de Anápolis. **Plurais**, v. 01, n. 02 janeiro/junho, 2005, p. 243-260.

LACERDA, Homero. JESUS, Andrelise S. de. SANTOS, Lidiane R. dos, OLIVEIRA, Sandro N. de. TEIXEIRA, Leide L. F. M. **Riscos geológicos e uso da terra em Anápolis (GO)**. (texto mimeografado).

LEFEBVRE, Henri. Direito à cidade. São Paulo: Cortez, 1999.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona n. 69 (45), agosto/2000.

MINAYO, Maria C. de S. HARTZ, Zulmira M. de A BUSS, Paulo M. Qualidade de vida e saúde; um debate necessário. **Revista Ciência & Saúde Coletividade**, v. 05 n.01, p.1-16, 2000.

MEDEIROS, Alessandra Cristina. MORENO, João. Análise de risco ambiental apresentado pelo processo de ocupação urbana na Sub-Bacia do Ribeirão Quilombo. **XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba – PR**, 23 a 25 de outubro de 2002.

MENDONÇA, Cláudia A L. de. Intervenções em áreas de risco. In: FERNANDES, E. ALFONSIN, B. (coord.). **A Lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 295-354.

PREFEIRURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Plano Estratégico para Assentamentos Subnormais (PEMAS)** – maio de 2002. Anápolis: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 2002 (mimeografado).

ROCHA, A D. et al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 05n. 01 p. 63-81. 2000.

SEIDL, Eliane M. F. ZANNON; C'elia M. L. da C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Caderno de saúde pública**. V. 20 n.2 Rio de Janeiro, mar/abr. 2004.

SERRA Ana Luiza Roma Couto. RODRIGUES, Maria Aparecida. Vulnerabilidade em área de risco ambiental: o caso da ocupação do Lixão da Pirelli em Campinas. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

TUAN, YI FU. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: editora UNESP, 2005.

VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. Trad. Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.

VEYRET, Yvette. RICHEMOND, Nancy M. Os tipos de risco. In: VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente** Trad. Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.

Environmental and social risks - a lecture on anápolis/go subnormal areas residents life quality.

Abstract

This article presents a study on the social and environmental risks that residents of subnormal areas located on urban areas of Anápolis municipalities take. Both quantitative and qualitative approach were taken, that went through the following path: bibliographic research on the subject; search for information through local media; survey on the researched areas residents; ethnographic observations in the field. The data gathering promoted the identification of risk areas expansion with an increase on precarious housing and of until then non-present areas on risks and subnormal areas reports issued by the Munnicipal Planning Secretary/Anápolis City Hall. The text also approaches the residents perception of their quality of life.

Keywords: Environmental Risks; Social Risks; Quality of Life; Subnormal Areas; Anápolis.